

# Entre poder episcopal e violência: guerra e inversão da primazia da Igreja da Inglaterra ao arcebispado de York (1318-1322)

Between episcopal power and violence: war and primacy inversion of the English Church to the Archbishopric of York (1318-1322)

Janaína Azevedo\*

## Resumo

A primazia da Igreja da Inglaterra, estabelecida na Sé de Canterbury no século VI, tem sido protagonista em muitas discussões e disputas entre os dois arcebispados por muitos séculos. Através dos documentos de cunho jurisdicional tais como os *Calendar of Close Rolls* e *Calendar of Patent Rolls*, pode ser observado uma aparente inversão dessa primazia ao arcebispado de York no século XIV. No ano de 1322, William Melton, arcebispo de York de 1317 a 1340, era reconhecido como primaz. Nessa Inglaterra, em meio a Guerra de Independência da Escócia e sob o reinado de Eduardo II, nos perguntamos qual teria sido a importância da guerra para essa inversão da primazia da Igreja ao arcebispado de York. A hipótese que defendemos é que o histórico de guerras, as condições internas do reino e a atual guerra foram fundamentais na legitimação e institucionalização dessa inversão.

Palavras-chave: Primazia; Guerra; Arcebispado de York

## Abstract

The primacy of the Church of England, established at the See of Canterbury in the 6<sup>th</sup> century, has been a protagonist in many discussions and disputes between the two archbishoprics for many centuries. Through jurisdictional documents such as the *Calendar of Close Rolls* and *Calendar of Patent Rolls*, it can be observed an apparent inversion of this primacy to the archbishop of York in the 14<sup>th</sup> century. In the year 1322, William Melton, archbishop of York from 1317 to 1340, was recognized as the primate. In England, in the midst of the Scottish War and under the reign of Edward II, we wondered what was the importance of war for this inversion of the primacy of the Church to the archbishop of York. The hypothesis that we defend is that the historical of wars in the north of England, the internal conditions of the kingdom and the current war were fundamental in the legitimation and institutionalization of this inversion.

Keywords: Primacy; War; Archbishopric of York

\* É mestranda em História pelo PPGHIs da Universidade Federal de Mato Grosso. E atualmente é integrante do Grupo Insulae (Grupos de Estudos sobre a Britânia, Irlanda e as Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e Medieval).

## O norte da Inglaterra: o arcebispado de York e a guerra

Na fronteira entre Inglaterra e Escócia de 1296 a 1358 acontecia a Guerra de Independência da Escócia. Consequentemente a região mais afetada desse conflito foi o norte do reino. Incurções, revoltas, destruições de bens seculares e eclesiásticos como prática de terror psicológico, além de batalhas e muitas mortes eram realizadas por ambos os lados da fronteira.<sup>1</sup> Foram 62 anos de guerra. Percorreu os anos finais do reinado de Eduardo I (1272-1307), todo o reinado de Eduardo II (1307-1327) e pelo menos três décadas do reinado de Eduardo III (1327-1377). Por conseguinte, ao se deparar com a afirmação de que “nada sabiam da guerra, foram sufocados e encharcados no rio de Swale. E suas santidades, *sir* William de Melton, arcebispo de York, e o abade de Selby, com seus corcéis, fugiram e entraram em York”,<sup>2</sup> da crônica inglesa *The Brut or The Chronicles of England*, que se refere à batalha de Myton de 1319 (BRIE, 1906, p. 211-212), nos dá uma possibilidade de questionar o cronista. Será, mesmo, que não sabiam da guerra? E, qual foi o papel do arcebispo de York durante essa guerra? Podemos responder à essas perguntas da seguinte maneira: o norte da Inglaterra é historicamente marcado por guerras. York é uma região que, segundo o historiador inglês David M. Palliser, “foi fortemente restringido pelo poder político, lei, justiça e guerra”<sup>3</sup> (2014, p. 3). Dessa forma, aristocratas, seculares e eclesiásticos, como no caso desse arcebispo de York, possivelmente tinham uma consciência de que a região do norte, sobretudo nas proximidades de York, era um local que tinha marcas à olho nu das guerras. Para a segunda pergunta, é evidenciado nos documentos de cunho jurisdicional tais como *Calendar of Close Rolls (1318-1323)* e *Calendar of Patent Rolls (1317-1321; 1321-1324)*, que o arcebispo de York e o clero de sua arquidiocese entre os anos de 1318 e 1322 estiveram diretamente envolvidos em assunto como a guerra. Quando não arrecadando rendas para subsidiar a guerra, o arcebispo preparava tropas de homens bem armados para enviá-los para os lugares determinados pelo rei, ou ainda, estava orando e pedindo orações em nome daqueles que partiam para o conflito (Cf. C. C. R. 1318-1323, p. 30, 203, 283, 329).

O arcebispo de York, William Melton não somente teve um papel a empenhar nessa guerra, mas como também teve seu protagonismo e importância para o reino e a Igreja da Inglaterra. Melton foi indicado a ser arcebispo no ano de 1315, mas apenas em 1317 recebeu a consagração. O que se sabe é que ele teria sido leal no reinado de Eduardo I e que sua ascensão para arcebispo pode ter sido uma das “retribuições” que lhe foram dadas durante o período de reinado de Eduardo II. Porém, não se sabe se sua consagração fora realizada pelo Papa João XXII ou pelas mãos do arcebispo de Canterbury. No reinado de Eduardo II, Melton, além de sua

---

<sup>1</sup> É possível conferir no livro *England and Scotland in the Fourteenth Century: New Perspectives*, organizado por Andy King e Michael Penman, e publicado no ano de 2007.

<sup>2</sup> *Coupe noping in werr pere were quellede and drenchede in pe Ryuer of Swale. And her chyueteynes, Sir William of Melton, Erchebisshop of zork, & pe Abbot of Selby with her stedes fledde, & come vnto zork.*

<sup>3</sup> [...] was heavily constrained by political power, law, justice, and warfare.

função como arcebispo, assumiu outros cargos públicos: na chancelaria como tesoureiro, e foi guardião do *wardrobe*. Assumir mais de uma função era uma realidade comum para os homens da Igreja, sobretudo se tornou mais oficial e regular após a Conquista Normanda da Inglaterra, no século XI. Não obstante, como mencionado acima, Melton esteve em uma batalha na primeira fase da Guerra de Independência da Escócia. O cronista de *The Brut* se refere ao envolvimento de Melton na batalha nos campos de Myton porque todos os melhores homens guerreiros já estavam com o rei em outra região para defender o reino dos ataques escoceses. Por esse registro, o cronista alega que os homens, clérigos e pessoas comuns, que partiriam para essa batalha seriam de condição inferior, homens despreparados para um confronto. Contudo, Melton organizou um exército heterogêneo, mas que sua grande maioria era composta por seus pares. E isto teria o caracterizado como um arcebispo guerreiro. Apesar da derrota na batalha em 1319, Melton ainda apareceu engajado em questões sobre guerra nos anos seguintes.

É importante ressaltar que, pelo menos duas vezes na história da Igreja da Inglaterra, o arcebispado de York quase conseguiu total imunização do poder do arcebispado de Canterbury. Sua imunização do poder episcopal do arcebispo de Canterbury também contribuiria posteriormente para a inversão da primazia. E é, no entanto, nos registros referente ao ano de 1322 dos *Calendar of Close Rolls (1318-1323)* e *Calendar of Patent Rolls (1317-1321; 1321-1324)* que há a evidência de que a primazia da Igreja agora estava sob os domínios do arcebispado de York.

O arcebispo, estando num cenário conflituoso de guerra e de disputa entre aristocratas no reinado de Eduardo II, nos fez questionar sobre essa aparente inversão. Sendo assim, nos perguntamos: qual teria sido a importância da guerra para a inversão da primazia ao arcebispado de York? A nossa hipótese é que a guerra legitimou o poder episcopal e que foi crucial para inversão da primazia para William Melton. O objetivo deste artigo é demonstrar como os conflitos e guerras na Inglaterra e o que isso teria contribuído, diretamente ou indiretamente, para a inversão da primazia da Igreja.

### **De Norte a Sul: disputas eclesiásticas entre os arcebispos de Canterbury e York**

O arcebispado de York foi criado quase que simultaneamente ao arcebispado de Canterbury. Isso se deu entre os séculos VI e VII, quando a Inglaterra era um território subdividido em sete reinos, isto é, não tinha apenas um rei para governar toda a ilha britânica.

A Cristianização da Inglaterra começou por Agostinho de Canterbury,<sup>4</sup> no século VI, a mando do Papa Gregório I, que, posteriormente, foi considerado o primeiro arcebispo de Canterbury. Mas, esse conflito sobre a primazia da Igreja da Inglaterra apenas começou quando Theodoro foi consagrado arcebispo de Canterbury, em 668, e sua disputa foi travada com o arcebispo de York, Wilfrith (664-709). Relata o historiador William Hunt,

---

<sup>4</sup> Considerado também o fundador da Igreja Católica na Inglaterra.

Quando Theodoro estabeleceu assim sua autoridade, ele passou a dar à Igreja o sistema diocesano e um meio de legislação em assuntos eclesiásticos. Ele convocou um conselho nacional da Igreja para se reunir em Hertford; bispos e vários “senhores da Igreja” compareceram, aprenderam os assuntos eclesiásticos, e nele o arcebispo produziu um corpo de cânones universalmente aceitos [...]. Ao lidar com a diocese da Nortumbria, o rei Ecgrith e o arcebispo parecem ter esperado oposição de Wilfrith, pois dividiram sua diocese em um conselho no qual ele não estava presente [...]. Wilfrith apareceu diante do rei e do arcebispo e exigiu que lhe dissessem porque ele foi privado de seus direitos. Nenhuma resposta foi dada a ele, e ele apelou para o julgamento da Sé Apostólica [...]. Wilfrith foi pessoalmente a Roma, e Theodoro foi representado por um procurador. O Papa Agatão e seu conselho decretaram que Wilfrith deveria ser reintegrado, que sua diocese deveria ser dividida, mas que ele deveria escolher os novos bispos, e os bispos de Theodoro deveriam ser expulsos. Wilfrith retornou em triunfo, trazendo os decretos papais [...]. Wilfrith foi preso, e Theodoro fez mais uma divisão em sua diocese, estabelecendo uma sé em Abercorn, e nomeou bispos para Lindisfarne, Hexham e talvez Ripon sem o consultar<sup>5</sup> (1888, p. 17-19).

Nesse caso, entre Theodoro e Wilfrith, podemos entender que não foi somente uma tentativa de resistência ao poder do arcebispado de Canterbury, mas também, de certa forma, uma demonstração de que o arcebispado de York queria ter seu próprio domínio eclesiástico. Por esse mesmo autor, Wilfrith foi caracterizado com o responsável por “terminar de romanizar”<sup>6</sup> a Inglaterra, por ter tido um grande papel na conversão para o Cristianismo das pessoas que ainda eram vistas como “pagãos”. Assim houve uma certa unificação religiosa e o arcebispo, por sua vez, foi considerado o responsável por reforçar o vínculo com o Papado.

A Igreja inglesa durante sua fase Católica aparentou ter uma autonomia frente à Sé de Roma. Sugere o historiador irlandês, Thomas Dunbar Ingram, que isso se deve porque

Bispos eram nomeados e destituídos; os bispados eram fundados, divididos, removidos ou dados em *commendam*; os monges eram desalojados por prebendeiros, e prebendeiros por monges; e as

---

<sup>5</sup> *When Theodore had thus established his authority, he proceeded to give the Church diocesan system and a means of legislation in ecclesiastical matters. He called a national council of the Church to meet at Hertford; it was attended by the bishops and several “masters of Church”, mean learned in ecclesiastical affairs, and in it the archbishop produced a body of canons which universally accepted [...]. In dealing with the Northumbrian diocese King Ecgrith and the archbishop seem to have expected opposition from Wilfrith, for they divided his diocese in a council at which he was not present [...]. Wilfrith appeared before the king and the archbishop, and demanded to be told why he was thus deprived of his rights. No answer was given to him, and he appealed to the judgment of the Apostolic See [...]. Wilfrith went to Rome in person, and Theodore appeared by a proctor. Pope Agatho and his council decreed that Wilfrith should be reinstated, that his diocese should be divided, but that he should choose the new bishops, and Theodore’s bishops should be turned out. Wilfrith returned in triumph, bringing the papal decrees [...]. Wilfrith was imprisoned, and Theodore made a further division of his diocese by stablishing a see at Abercorn, and appointed bishops for Lindisfarne, Hexham, and perhaps Ripon without consulting.*

<sup>6</sup> O norte da Inglaterra aparentemente resistiu às primeiras tentativas de Cristianização. Wilfrith teria sido o responsável por transmitir seu conhecimento sobre essa nova religião após ter passado alguns dias em Roma, estudando.

abadias eram dissolvidas ou restauradas, sem referência a uma autoridade externa. Não houve apelos a Roma, e tudo quanto à disciplina e governo da Igreja foi estabelecido em casa<sup>7</sup> (1892, p. 10).

Quem controlava as políticas internas da Igreja era o rei e o arcebispo de Canterbury. Dessa forma, entramos aqui no conceito de liberdade da Igreja, o qual definiremos com o livro *Bispos Guerreiros: violência e fé antes das cruzadas*, do historiador Leandro Duarte Rust. Para a Idade Média, esse conceito tem outra definição. “Liberdade significava, fundamentalmente um estado de união patrimonial e social. Uma Igreja seria livre enquanto todos os bens nominalmente vinculados a ela formassem uma unidade estável” (2018, p. 158). Em poucas palavras, a Igreja só era livre quando detinha total domínio de assuntos e posses eclesiásticas. Em relação ao Papado, a Igreja inglesa tinha essa liberdade, pois era pouca, quase nula, a interferência papal em assuntos e posses eclesiásticas no reino. Porém na Inglaterra, internamente, esse cenário apenas mudou com a chegada dos Normandos e com a Reforma Gregoriana, ambos acontecimentos no século XI. E o que esses dois acontecimentos significaram para a Igreja inglesa? Com sua liberdade instaurada, mesmo assim, manteve laços curtos com o Papado, porém a burocracia entre as duas Igrejas (da Inglaterra e de Roma) não era mais tão tensa. Essa liberdade permitiu a Igreja inglesa sustentar uma autonomia para assuntos além de eclesiásticos, como a guerra. E como ainda sugere Rust, “avançando a toda força durante a passagem do século X para o XI, o processo de apropriação episcopal da guerra provocava tensões sociais” (2018, p. 114). Dessa forma, podemos pensar nos conflitos eclesiásticos na Inglaterra nos séculos seguintes, principalmente entre os arcebispos de Canterbury e York.<sup>8</sup>

Por conseguinte, no século XII, temos o caso do arcebispo de York, Thurstan (1119-1140). Este, por sua vez, negou ser consagrado e subjugar sua Sé para o arcebispo de Canterbury, Ralph (1114-1122). Nas palavras de Hunt,

Thurstan, o quarto desde a Conquista, era um homem de moldes diferentes de seus antecessores, e se recusou a fazer a profecia [...]. Thurstan foi encorajado em sua revolta pelos Papas Pascoal II e Calixto II, que o trataram como uma boa oportunidade para um ataque encoberto à grandeza da primazia inglesa [...]. Ao menos Thurstan obteve licença do rei para assistir ao concílio realizado por Calixto em Reims, prometendo que não iria aceitar a consagração do Papa, enquanto Calixto assumiu que ele não faria nada para prejuízo da Sé

---

<sup>7</sup> *Bishops were nominated and deposed; bishoprics were founded, divided, removed, or given in commendam; monks were displaced for prebendaries, and prebendaries for monks; and abbeys were dissolved or restored, without reference to an external authority. There were no appeals to Rome, and everything regarding the discipline and government of the Church was settled at home.*

<sup>8</sup> A hostilidade expressada entre William Melton e Walter Reynolds (1314 a 1327) e Simon Mepeham (1327-1333), ambos arcebispos de Canterbury, precisou da interferência do rei. Os arcebispos foram chamados para prestar esclarecimentos na Corte do rei e foram proibidos de causar prejuízos ou provocar tensões e hostilidade entre si. É possível conferir no *Calendar of Close Rolls (1327-1330;1330-1333)*.

de Canterbury. No entanto, Thurstan recebe a consagração de Calixto, e assim escapou de fazer a profecia<sup>9</sup> (1888, p. 100-1).

Não só “escapou” de ter sua Sé controlada pelo arcebispo Ralph, como também conquistou a independência do arcebispado de York. “York foi libertada para sempre da obrigação de obediência por uma bula de Calixto”<sup>10</sup> (HUNT, 1888, p. 101). Se tornou independente, mas, por sua vez, Canterbury continuava carregando a primazia inglesa.

Vale uma explicação sobre o que é primazia. Um arcebispo primaz significa ter o poder episcopal e de jurisdição sobre outros bispos, arcebispos, clérigos, etc. Este podia indicar, nomear, assim como podia retirar bispos e outros clérigos de um cargo, de seu bispado, mover um clérigo de um lugar para outro, etc. No caso, a primazia da Inglaterra predominou no arcebispado de Canterbury desde o dia de sua fundação. Era esse arcebispo que recebia uma posição social e política muito poderosa sobre a Igreja da Inglaterra e que, por muitos séculos, exerceu o poder com mais efetividade sobre os eclesiásticos ingleses que o próprio Papado. Ao lado do rei, o bispo primaz era tão importante quanto.

Desse modo, permaneceria no século XIII, e pelo menos até o começo do século XIV. Índícios coletados de nossas fontes, anteriormente já mencionadas, apontam que, aparentemente, houve uma inversão da primazia ao arcebispado de York. O rei Eduardo II reconhecia Melton como primaz em 1322, como iremos demonstrar mais adiante.

### **Bispos na guerra: Igreja e Violência**

Para o historiador francês, Joseph Morsel, “a Igreja [...] exerce uma função regular sobre os membros [...] e as terras da aristocracia secular”<sup>11</sup> (2008, p. 198). Entretanto, para Morsel, “ser bispo significa possuir importantes poderes; o bispo poderia agir localmente como de igual para igual com os condes e viscondes do ponto de vista do exercício do poder legítimo”<sup>12</sup> (2008, p. 161). No entanto, quando se trata da participação da Igreja em guerra, Morsel compreende que clérigos eram uma unidade, uma composição homogênea, que deveriam fornecer “financiamento” bélico do mesmo que os aristocratas seculares. Pode-se entender, desse modo, uma generalização nas atividades guerreiras dos bispos. Entende-se que a Igreja medieval era

---

<sup>9</sup> *Thurstan, the fourth since the Conquest, was a man of different mould from his predecessors, and refused to make the profession [...]. Thurstan was encouraged in his revolt by Popes Paschal II and Calixtus II, who treated it as a good opportunity for a covert attack on the greatness of the English primate [...]. At last Thurstan obtained leave from the king to attend the council held by Calixtus at Rheims, promising that he would not accept consecration from the Pope, while Calixtus undertook that he would do nothing to prejudice of the see of Canterbury. Nevertheless, Thurstan receive consecration from Calixtus, and so scaped making the profession.*

<sup>10</sup> *York was freed for ever from the obligation of obedience by a bull of Callixtus.*

<sup>11</sup> *La Iglesia ejerce [...] una función regular sobre los miembros [...] y las tierras de la aristocracia laica.*

<sup>12</sup> *Ser obispo suponía [...] detentar poderes importantes; el obispo podía, actuar localmente de igual a igual con los condes y vizcondes desde el punto de vista del ejercicio del poder legítimo.*

a segunda maior “financiadora” de guerras, apenas atrás da grande e extensa aristocracia secular, desconsiderando, por sua vez, a possibilidade da existência da atividade guerreira de bispos independentemente de sua relação para com a Igreja como um todo. Em poucas palavras, nesse ponto de vista, desconsidera-se a individualidade do aristocrata eclesiástico e sua autonomia clerical. Contra isso, como exemplo, quando William Melton partiu para a batalha de Myton, em 1319, ele foi a mando do rei e não em nome da Igreja. Ele foi porque o reino precisava ser defendido das incursões escocesas e não porque a Igreja sentiu-se no dever de defender a fronteira inglesa.

O arcebispo, imerso numa sociedade organizada pelo *feoffment*, *fealty*, *homage* e *scutage*,<sup>13</sup> logo, sua posição social lhe fazia um aristocrata eclesiástico e *tenant-in-chief*. Esse termo é designado para aqueles que recebiam terras diretamente do rei, podendo, por sua vez, ter seus próprios vassalos. Portanto, além das terras que pertenciam à Igreja, posses espirituais, o arcebispo tinha posses temporais. Quando havia conflitos, ameaças de invasão ou guerra, sua hegemonia senhorial, a maior do norte da Inglaterra,<sup>14</sup> levantava um arcabouço de guerreiros para essas causas ou, então, contribuía com “empréstimo” de dinheiro para “financiar” essas causas.

No entanto, quando se trata de bispos na guerra, a introdução do *livro Between Sword and Prayers: Warfare and Medieval Clergy in Cultural Perspective*, de 2018 e organizado por Radosław Kotecki, Jacek Maciejewski and John S. Ott, ressalta o seguinte:

A relação entre o clero e as atividades militares não pode ser reduzida exclusivamente ao sofrimento trazido sobre eles e suas igrejas por pagãos e hereges, rebelando cidadãos de cidades episcopais, ou por cavaleiros em conflito com a igreja [...]. Afinal de contas, o conflito armado afetou diretamente igrejas e comunidades espirituais e algumas vezes levou a mudanças políticas radicais, que por sua vez poderiam ter influência significativa na posição da Igreja no sistema sócio-político local, bem como em sua estabilidade financeira. A ação militar poderia melhorar a situação de membros individuais ou grupos inteiros de clérigos, ou piorá-la rapidamente<sup>15</sup> (2018, p. 2).

---

<sup>13</sup> Esse vocabulário foi extraído das fontes de cunho jurisdicional aqui usadas. *Feoffment* é entendido como uma relação social temporária entre dois ou mais aristocratas, onde quem se submete ao *Feoffment* tende a jurar fidelidade (*Fealty*), prestar homenagem (*Homage*), e submeter anualmente uma renda ao aristocrata (superior) que se está ligado pelo *Feoffment*. No entanto, é possível também observar que na Inglaterra nesse período que o serviço militar aparentemente não era obrigatório. Há registros que indicam aristocratas arrecadando de suas terras rendas (*Scutage*) e transferindo para seu senhor, para um arcebispado ou até mesmo diretamente ao rei, para não precisar equipar homens ou se vestir para uma guerra. A não adoção de um conceito tal como *feudalismo*, que especifique ou generalize a organização, social e política, da Inglaterra do século XIV se deve pela compreensão de que cada sociedade medieval, em seu modo, tinha sua particularidade e sua própria organização que, por sua vez, não pode ser simplificada por um conceito. A escolha desse vocabulário contribui com alguma noção dos aspectos de como aquela sociedade se organizava.

<sup>14</sup> Ao longo de seus 23 anos como arcebispo de York, Melton acumulou muitas posses, seculares e eclesiásticas.

<sup>15</sup> [...] *The relationship between the clergy and military activities cannot be reduced exclusively to the suffering brought upon them and their churches by pagans and heretics, rebelling citizens*

Como propõem esses autores, a guerra pode não só influenciar o comportamento de uma pessoa, mas como a política e sociabilidade de determinada região. Por conseguinte, se a guerra aparentemente dava uma possibilidade de mudanças nas condições políticas-sociais no que diz respeito de sua relação com a autoridade do rei, como a Igreja reagiria a essas mudanças?

Em um artigo presente no livro mencionado acima, Chris Denis aponta que “a participação clerical na guerra tinha sido sistematicamente proibida nos cânones dos conselhos eclesiásticos desde a época da igreja primitiva”<sup>16</sup> (2018, p. 93). Mas essa relação era ambígua. “Enquanto em teoria a Igreja pressionou o ideal de abstinência clerical nesta área, na prática foi forçada a adotar uma abordagem pragmática, reconhecendo as realidades de sua posição embutida na sociedade secular”<sup>17</sup> (2018, p. 93-4). Por conseguinte, indica, o historiador Andrew Brown que, “a autoridade clerical tinha sido muito reforçada desde os dias da reforma Gregoriana [...]. Na Inglaterra, o governo episcopal era mais forte que na maioria das outras regiões da Cristandade”<sup>18</sup> (2003, p. 55-58). Para Leandro Duarte Rust, “a capacidade de uma sociedade ou comunidade para reconhecer ou desconhecer a violência não é inata, nem natural. É resultado de procedimentos políticos que predominam numa época” (2018, p. 114). E, continua afirmando que a violência é uma ideia iminentemente política. Desse mesmo modo, ressalta o antropólogo Jack David Eller, “a violência é um comportamento construído culturalmente, resultante de condições sociais específicas, que não são exclusivas da religião, mas infelizmente são comuns à religião” (2007, p. 357). No entanto, segundo Eller, “seja boa ou não, a violência certamente faz parte da sociedade. A violência não é só um julgamento cultural, mas também um julgamento político, [...] um ato ou ator é uma questão de posição social e de poder” (2007, p. 358-359). Ir para a guerra, portanto, não era somente uma violação das leis da Igreja, mas, por vezes, poderia ser visto como legítimo.

Embora a relação fosse ambígua, mesmo a Igreja com sua relutância, existia os bispos guerreiros. O bispo não deixava de ser bispo quando ia para a guerra, ele “seria, formalmente, o conde. Clerical e civil, espiritual e secular: os poderes convergiam” (RUST, 2018, p. 121). No entanto, foi o Papa Alexandre III que aparentemente propôs algumas mudanças para essa prática social que já existia, pelo menos, como já constatou Leandro Rust, antes mesmo da

---

*of episcopal cities, or by knights in conflict with the church [...]. After all, armed conflict directly affected churches and spiritual communities and sometimes led to radical political changes, which in turn could have significant influence on the church's position in the local socio-political system, as well as its financial stability. Military action might well improve the situation of individual members or whole groups of clergy, or rapidly worsen it.*

<sup>16</sup> *Clerical participation in warfare had been consistently prohibited in the canons of ecclesiastical councils since the time of the early church.*

<sup>17</sup> *Whilst in theory the Church pressed the ideal of clerical abstinence in this area, in practice it was forced to adopt a pragmatic approach recognizing the realities of its embedded position within secular society.*

<sup>18</sup> *Clerical authority had indeed been greatly bolstered since the days of Gregorian reform [...]. In England, episcopal government was stronger than in most other regions in Christendom.*



Primeira Cruzada. O artigo de Lawrence G. Duggan, presente no livro *Between Swords and Prayers*, afirma que “foi também sob ele e seus sucessores que a lei da Igreja aceitou que o clero poderia portar armas para propósitos defensivos e legítimos”<sup>19</sup> (KOTECKI; MACIEJEWSKI; OTT, 2018, p. 513). Ora, temos aqui o reconhecimento de que, se a violência era uma ideia e “ferramenta política”,<sup>20</sup> então, em seu ponto de vista, o bispo que ia para guerra não era, portanto, um violador das leis da Igreja.

Desse modo, a partir de nossas documentações, pode-se observar, no dia 19 de janeiro de 1321, um relato interessante no documento de cunho jurisdicional, *Calendar of Patent Rolls (1317-1321)*, que dentre as personagens referenciadas, nos evidencia o quanto clérigos estavam engajados em questões de guerra nesse período. O relato expressa uma provável autorização do rei para clérigos e demais tratarem de assuntos desse tipo.

Poder para W. arcebispo de York, J. bispo de Carlisle, Th. bispo de Worcester e R; bispo de Winchester, Aymer de Valencia, conde de Pembroke, Humphrey de Bohun, conde de Hereford e Essex, Bartolomeu de Badelesmere, administrador do *household*, John de Caverying, Nicholas Sagrave, Fulk le Sraunge, Stephen de Segrave, mestre Robert Baldock, arquidiácono de Middlesex, e William de Ayerremynne, cônego de York, para tratar da paz com Robert de Brus.

Poder para W. arcebispo de York, J. bispo de Carlisle, Th. bispo de Worcester, e bispo de Winchester, John de Clavering, mestre Robert de Baldok, arquidiácono de Middlesex, e William de Ayremynne, cônego de York, comissários para tratar com certos homens da Escócia que chegam em uma conduta segura à cidade de Newcastle-upon-Tyne, para preparar uma conduta segura para tais homens da Escócia que virão ao reino para tratar a paz entre o rei e Robert de Brus, e tratar do lugar e dia onde o tratado será realizado<sup>21</sup> (1908, p. 554).

Alguns pontos devem ser explicados. Não somente a figura de William Melton estava envolvido nesse relato, como também, sobretudo, o cônego de York. Um conjunto de cônegos formam o *capítulo* de uma Catedral. Como os relatos indicam, o cônego de York também estava, aparentemente, intrincado em assuntos de guerra e paz. Isso nos evidencia que, mesmo ele e

---

<sup>19</sup> *It was also under him and his successors that the law of the Church accepted that clergy could bear arms for defensive and legitimate purposes.*

<sup>20</sup> Expressão usada pela historiadora britânica, Claire Valente, em seu livro *The Theory and The Practice of Revolt in Medieval England*, publicado no ano de 2003.

<sup>21</sup> *Power for W. archbishop of York, J. bishop of Carlisle, Th. Bishop of Worcester, and R; bishop of Winchester, Aymer de Valencia, earl of Pembroke, Humphrey de Bohun, earl of Hereford and Essex, Bartholomew de Badelesmere, steward of the household, John de Caverying, Nicholas Sagrave, Fulk le Sraunge, Stephen de Segrave, Master Robert Baldock, archdeacon of Middlesex, and William de Ayerremynne, canon of York, to treat for peace with Robert de Brus. Power to W. archbishop of York, J. bishop of Carlisle, Th. Bishop of Worcester, and R. bishop of Winchester, John de Clavering, Master Robert de Baldok, archdeacon of Middlesex, and William de Ayremynne, canon of York, commissioners to treat with certain men of Scotland coming upon safe-conduct to the town of Newcastle-upon-Tyne, to prepare safe-conducts for such men of Scotland who will afterwards come within the realm to treat peace between the king and Robert de Brus, and to treat of the place and day where the said treating shall be held.*

os outros eclesiásticos mencionados, provavelmente tinham certo conhecimento do que estavam fazendo. E, envolvido não só em batalha, mas como um dos comissários do rei para tratar da paz com reino da Escócia, percebe-se que as funções de William Melton apenas aumentavam. A palavra “poder” em cada relato pode nos indicar uma possível liberdade para cada um dos citados, para tomarem atitudes que fossem necessárias. O emprego da palavra “poder” seria a forma de legitimar quaisquer que fossem as ações que tomassem. Seria a forma de evidenciar que não estariam agindo fora das leis.<sup>22</sup>

Portanto, é no ano de 1322 que Eduardo II, em sua chancelaria, emite uma petição, evidenciando que o arcebispo de York era o primaz naquele momento. Emitido em 9 de julho, o relato do *Calendar of Patent Rolls (1321-1324)*, sugere:

Apresentação de John de Ros à igreja de Scoreburgh, na diocese de York, na oferta do rei da minoridade do herdeiro de Gerard Salvayn, que manteve por serviço de cavaleiro do herdeiro de Henry de Percy, *tenant-in-chief*, premissa menor sob a custódia do rei. As cartas de apresentação são dirigidas a W. arcebispo de York, primaz da Inglaterra<sup>23</sup> (1904, p. 174).

Em meio a Guerra de Independência da Escócia, a posição social, o poder episcopal e militar de William Melton favorecia para que houvesse a transferência da primazia ao seu arcebispado. O rei precisava de uma boa reserva guerreira para defender o reino. Logo, o norte da Inglaterra, sobretudo o *dominium* de Melton era possivelmente a melhor opção e escolha. Ressalta-se que a compreensão aqui é de que Melton representava o poder militar do norte da Inglaterra, e que sua participação na guerra não representava, contudo, um engajamento da Igreja como um todo. Embora William Melton detinha uma vasta hegemonia senhorial, não conseguimos contabilizar a quantidade e/ou quem eram seus vassallos, espirituais e/ou seculares, mas é provável que o relato acima que o referencia como primaz tenha também uma ligação de um suposto laço vassálico. Ademais, ele também ainda detinha direitos e liberdades no porto de Hull e o controle sobre cunhagens de moedas na cidade de York.

Não somente. Uma instabilidade política no reino naquele momento pode ter sido outra contribuição para que o arcebispo de York fosse reconhecido como primaz da Inglaterra. Com o provável poder real instável em meio à uma parcela de aristocratas insatisfeitos com o reinado, talvez fossem as causas que não só reconheceram William Melton como primaz, como institucionalizaria o poder episcopal de Melton. Daniel Gerrard, no livro organizado por Kotecki, Maciejewskij e Ott, sugere que havia a possibilidade de que “as atividades militares dos bispos

---

<sup>22</sup> Previstas na *Common Law*, e tanto na Magna Carta quanto nas Ordenanças que foram escritas ao longo do reinado de Eduardo II.

<sup>23</sup> *Presentation of John de Ros to the church of Scoreburgh, in the diocese of York, in the king's gift of the minority of the heir of Gerard Salvayn, who held by knight service of the heir of Henry de Percy, tenant in chief, a minor in the king's custody. The letters of presentation are directed to W. archbishop of York, primate of England.*

imperiais eram uma compensação pela fraqueza do poder real”<sup>24</sup> (2018, p. 118-119). E disso podemos pensar no reinado de Eduardo II que, segundo o historiador Colm McNamee,

O mais importante na lista de prioridades de Eduardo era a derrota de uma oposição baronial liderada por seu primo Thomas, conde de Lancaster. Uma ofensiva bem-sucedida precisava da energia indivisível do reino; mas quando a oposição forçou o rei a escolher entre suas prioridades domésticas e medidas firmes contra os escoceses, ele sempre escolheu a primeira<sup>25</sup> (2012, p. 169).

O fracasso militar da Inglaterra durante a primeira fase da Guerra de Independência da Escócia deveu-se muito aos interesses pessoais de Eduardo II. Consequentemente, nesse cenário, poderíamos dizer, então, que o exercício do poder episcopal e militar de Melton na guerra era uma forma de se legitimar a inversão da primazia.

Ainda em 1322, uma ordem, do *Calendar of Close Rolls (1318-1323)*, é emitida e direcionada ao arcebispo de York:

Para W. arcebispo de York. Pedido de que ele ajude o rei com uma ajuda honrosa e adequada, para que a majestade do rei seja honrada acima do estado que Thomas, falecido conde de Lancaster, que havia recebido de um tratado que o arcebispo fez um com ele e que lhe concedeu 2.000 marcos e de seu clero para a defesa de sua igreja e de seu povo nas marcas da Escócia contra a invasão dos escoceses<sup>26</sup> (1972, p. 533).

Três coisas devem ser ressaltadas aqui. Primeiro, o poder militar do arcebispado de York era sustentado pelas rendas de sua hegemonia senhorial. Logo, contribuir com as batalhas do conde de Lancaster, espontaneamente ou não, fazia parte de sua autonomia militar enquanto arcebispo. Segundo, do mesmo modo, ele poderia rejeitar ou aceitar esse pedido do rei, já que não encontramos outro relato que confirme que o arcebispo de York emprestou ao rei um valor acima daquele que havia emprestado para Thomas de Lancaster. Terceiro, compreendemos que o dinheiro emprestado para a defesa – de seu clero, de sua Igreja e de seu povo das marcas da Escócia,<sup>27</sup> – não fora usado como forma de uma caridade prestada pelo arcebispo. Pelo contrário, a considerar o contexto em que estavam inseridos, com o histórico de participação em guerra do próprio arcebispo, logo, esse dinheiro emprestado para essa defesa não foi simbólico

---

<sup>24</sup> *The military activities of imperial bishops were compensation for the weakness of royal power.*

<sup>25</sup> *Foremost in Edward's list of priorities was the defeat of a baronial opposition led by his cousin, Thomas Earl of Lancaster. A successful offensive required the undivided energy of the kingdom; but when the opposition forced the king to choose between his domestic priorities and firm action against the Scots, he always chose the former.*

<sup>26</sup> *To W. archbishop of York. Request that he will help the king with an honourable and suitable aid, so that the king's majesty may be honoured beyond the estate that Thomas, late earl of Lancaster, lately held, when the archbishop had treaty with him and granted him 2,000 marks from himself and his clergy for the defence of his church and the people of the marches of Scotland against the invasion of the Scots.*

<sup>27</sup> Quando não se tinha uma demarcação territorial definida dentro de um reino, o nome atribuído a esses lugares era de marca.

ou caridade. Os 2 mil marcos de prata arrecadados por Melton para o conde representavam uma efetiva prática de sua hegemonia senhorial que sustentava sua autonomia militar. O dinheiro emprestado, portanto, era para se pagar os homens guerreiros, comprar cavalos, etc. E o rei, nesse relato, por sua vez, provavelmente esperava que Melton, em 1322, fizesse o mesmo que fez para Lancaster. O rei usou Lancaster como exemplo, como pretexto, para conseguir o empréstimo do arcebispo.

Por fim, diferentemente dos que não carregavam o dever de pregar a paz e serem líderes espirituais, os clérigos eram proibidos de portarem armas, de derramar sangue de outro cristão, e de exercer qualquer outra prática de violência, por decretos realizados em concílios e sínodos ao longo dos séculos. Em teoria e na prática isso deveria funcionar. Entretanto, o contexto, o cenário político e as urgências exigidas por uma guerra forçavam mobilizações e condições que acabavam, por si só, legitimando as ações. Desse modo, a participação clerical na guerra no norte da Inglaterra não representava a Igreja da Inglaterra como um todo, mas a região afetada pelo conflito. Retornando ao que foi mencionado mais acima. A guerra e a própria condição social-política do momento comportaram e legitimaram o uso da violência por parte de clérigos naquela região da Inglaterra. Foi substancial para a inversão da primazia ao arcebispado de York.

### **A guerra e a inversão da primazia da Igreja ao arcebispado de York**

Dentro do recorte proposto para este artigo, apenas uma vez encontramos nas documentações, já mencionadas, uma referência ao arcebispo de York como primaz da Inglaterra. Pode haver mais referências a ele como primaz, mas nas fontes aqui usadas e dentro deste recorte só encontramos essa menção. No entanto, a referência, por sua vez, não pode ter sido usada à toa por quem escreveu aquela petição na chancelaria de Eduardo II.

Aqui, traremos algumas hipóteses que devem sustentar, ainda mais, nossa defesa de que a Guerra de Independência da Escócia teve um papel instituidor do poder episcopal de William Melton, sobretudo, capaz de inverter a primazia da Igreja da Inglaterra, fosse de forma temporária ou não. Separamos, então, duas perguntas que serão discutidas abaixo como argumentos de justificativa de nossa hipótese principal. A primeira pergunta: se um rei precisava de dinheiro subsidiado pelo clero de seu reino devidamente autorizado pelo papa vigente para poder financiar uma guerra, não seria o rei uma personagem muito mais dependente do clero e de sua respectiva aristocracia que o contrário?

O seguinte relato, nos evidencia uma quantia de marcos de pratas emprestados ao rei, devidamente autorizados pelo papa, para uso do rei, que, por sua vez, prometeu devolver essa quantia à Igreja.

Reconhecimento que o rei recebeu pelas mãos de Roger de Northburgh, sacristão do rei, guardião do *wardrobe*, que recebeu de William, arcebispo de York, em nome do Papa João XXII, 800 marcos de prata como um empréstimo, além da emissão dos primeiros anos

do dízimo por seis anos, imposto pelo Papa Clemente V para a cruzada, coletados na diocese de York; com promessa de pagamento ao Papa dentro de cinco anos<sup>28</sup> (1908, p. 204).

O relato acima, emitido em 24 de agosto de 1318 no *Calendar of Patent Rolls (1317-1321)*, evidencia um provável reconhecimento de um dinheiro concedido pelo papa. O arcebispo de York o transferiu ao funcionário sacristão do rei que, por sua vez, entregou ao rei para lidar com suas causas. Os marcos de prata, como diz o relato, foram arrecadados da diocese de York, ou seja, toda a região de jurisdição do arcebispado. Esse reconhecimento, inclusive, aponta que os marcos de prata emprestados ao rei nesse ano não eram para uma cruzada. Ela foi apenas mencionada como pretexto, uma justificava, de seu pedido do empréstimo. A provável causa do pedido de um financiamento clerical é, sobretudo, que 1318 é um ano que se tem muitos registros de invasões escocesas ao norte, e antecede a batalha de Myton, que aconteceu em setembro de 1319. Nesse sentido, pode-se perceber a importância do arcebispado de York, não só emprestando seus homens guerreiros vassalos para as guerras, como também arrecadando dinheiro de sua diocese para financiá-la. Esse exercício do poder episcopal na guerra por Melton era uma forma de demonstrar sua importância, sobretudo, dar luz à legitimação da primazia ao arcebispo. Mas chamamos atenção para outro ponto: esses marcos de prata foram arrecadados de posses da Igreja, não eram posses particulares do arcebispo. E como já vimos mais acima, quando emprestou 2 mil marcos de prata para Thomas de Lancaster, em 1321, esse empréstimo foi arrecadado das posses particulares do arcebispo, ou melhor, de posses seculares e, inclusive, do clero de sua diocese. Dessa forma, entende-se que, ao menos nesse período do século XIV, houve uma maior dependência do rei para com a Igreja e seus aristocratas que o contrário.

Não obstante, temos um registro de uma dessas invasões escocesas e a importância do arcebispado de York nesse contexto.

Mandato a W. Arcebispo de York, para fazer com que a parte da priora de Staynfeld na igreja de Gyselburn, dentro da diocese, fosse reavaliada, a priora tendo estabelecido em sua petição ao rei e ao Conselho que, contudo, o mandato do rei ao arcebispo para fazer com que todos os benefícios e temporalidades eclesiásticas dos prelados dentro de sua diocese, que foram desperdiçados pelos escoceses, fossem reavaliados, e o dízimo cobrado de acordo com seu verdadeiro valor, ele adiou a avaliação de sua parte<sup>29</sup> (1908, p. 336).

---

<sup>28</sup> *Acknowledgment that king has received by the hands of Roger de Northburgh, king's clerk, keeper of the wardrobe, from William, archbishop of York, in the name of Pope John XXII, 800 marks as a loan, out of the issues of the first years of the tenth for six years, imposed by Pope Clement V. for the crusade, collected in the diocese of York; with promise of repayment to the Pope within five years.*

<sup>29</sup> *Mandate to W. archbishop of York, to cause the portion of the prioress of Staynfeld in the church of Gyselburn within the dioceses to be re-valued, the prioress having set forth in her petition to the king and Council that, notwithstanding the king's mandate to the archbishop to cause all ecclesiastical benefices and temporalities of prelates within his diocese, which had been wasted by the Scots, to be re-valued, and the tenth levied according to their true value, he has deferred making such valuation of her portion.*

Esse relato foi emitido em 28 de maio de 1319, no *Calendar of Patent Rolls (1317-1321)*. Pouco meses antes da batalha de Myton. Algumas observações devem ser feitas. Percebe-se que é uma aparente ordem da chancelaria do rei para William Melton recalculer os benefícios e temporalidades eclesiásticas que sofreram com a invasão escocesa. O dízimo, que era um valor concedido anualmente pela Igreja para diversos fins, deveria ser recebido de acordo com sua base fornecedora. Se ela foi destruída, sua atual condição, riqueza, deveria ser recalculada e feito outro valor para essa contribuição. William Melton, ao que o relato indica, decidiu adiar esse procedimento por motivos desconhecidos. Mas podemos desconfiar que não teria agido dessa forma por nada. Conforme já foi mencionado, ele detinha autoridade e certa autonomia. Não acatar à essa ordem do rei, portanto, havia grande chance de que fosse visto com certa normalidade, pois era parte do exercício de seu poder como arcebispo.

Dessa forma, a Inglaterra do século XIV sob o reinado de Eduardo II pode ter dado as forças necessárias para a transferência da primazia para o arcebispado de York. O reinado de Eduardo II estava marcado por uma escalada de revoltas e violência promovidas por uma parcela de aristocratas, descontentes, sobretudo, apoiadores de Thomas de Lancaster, primo do rei. A divisão política no reino pode ter desestabilizado mais ainda a autoridade do rei, o que, inclusive, eventualmente propiciou um espaço para a ascensão da supremacia do arcebispado de York. Não se chamaria, isso, de aproveitamento da situação? Não. A Igreja, tão poderosa quanto a figura de um rei, poderia interferir em assuntos para além de eclesiásticos. Além disso, conforme mencionado mais acima, para retomar o argumento de Leandro Duarte Rust, havia uma clara apropriação do poder episcopal em assuntos como a guerra. Dentro de seu contexto, era a condição, social e política, que determinava os procedimentos e/ou comportamentos de uma sociedade, indivíduo ou instituição (como a Igreja).

A segunda pergunta: a transferência da corte de Eduardo II para a cidade York entre os anos de 1318-19 seria uma forma reafirmar a posição social e o poder episcopal e militar do arcebispo de York?

Em um relato emitido em 29 de maio de 1319, no *Calendar of Patent Rolls (1318-1323)*, observa-se o seguinte:

Para o tesoureiro e os barões do *exchequer* [tesouro régio]. Pedido que o *exchequer* seja transferido para York, junto com os *rolls* [listas de registros oficiais], *tallies* [registro de contas], memorandos e outras coisas tocantes a isso, e os *rolls* do *Bench* [corte tribunal] de tais anos que julgarem adequados, e para cumprir todos os apelos que forem tocantes ao *exchequer* na manhã do dia seguinte de *Michaelmas* [dia de São Miguel], quando o rei desejar que o *exchequer* seja mantido em York, e posteriormente, de acordo com a exigência do apelo e sua discricção.<sup>30</sup> (1972, p. 76)

---

<sup>30</sup> *To the treasurer and barons of the exchequer. Order to cause the exchequer to be transferred to York, together with the rolls, tallies, memoranda and other things touching it, and the rolls of*

David M. Palliser (2014, p. 144), nos afirma que “Eduardo II também usou York como base, em parte para a Guerra da Escócia, mas também para lidar com as ameaças de rebeliões do Norte”<sup>31</sup>. Por outro lado, a transferência da corte e do tesouro régio para York, entre 1318 e 1319, de certa forma pode ter conferido numa legitimação de seu poder que posteriormente lhe reconhecera como primaz da Inglaterra. Ademais, o relato registra a transferência da corte para o norte da Inglaterra apenas meses antes da batalha de Myton. A transferência num momento de grande urgência, como a guerra, pode ter implicado na instauração da primazia no arcebispado de York. Sua estada pela região, possivelmente, influenciou e/ou reconheceu a supremacia do arcebispado. Essa fusão de poder episcopal e militar no contexto de uma guerra e sua constante prática na região do norte da Inglaterra, pode ter sido o que caracterizou a inversão, temporária ou não,<sup>32</sup> da primazia da Igreja da Inglaterra.

Em suma, não somente a Guerra de Independência da Escócia foi importante para essa aparente e provável inversão da primazia para o arcebispado de York, mas o passado daquela região teve uma grande função em reconhecer e legitimar que William Melton era, então, o primaz da Inglaterra. De 1311 a 1322 o reino da Inglaterra fervia em conflito aristocrático. Historiadores como Colm McNamee, anteriormente citado, e Michael Prestwich<sup>33</sup> observaram que Eduardo II, um rei tido como incompetente e emotivo, se preocupava mais com os problemas internos que com as incursões escocesas ao norte do reino. Ademais, o arcebispado de York já detinha certa independência do poder do arcebispo de Canterbury desde o século XII, o que também favoreceu a inversão, juntamente com a instauração da Corte inglesa na região durante aqueles dois anos. Contudo, havia uma apropriação da Igreja sobre assuntos como a guerra, a Igreja da Inglaterra tinha o poder episcopal relativamente mais estável e forte em relação a outros reinos Católicos do continente, e ao menos nesse período no século XIV o rei era muito mais dependente de sua Igreja e de sua aristocracia que o contrário. Logo, o envolvimento militar de Melton na guerra propiciou o necessário para se reconhecer e se legitimar como primazia da Inglaterra. O arcebispado de Melton se apropriou da guerra que, por sua vez, teve sua função de legitimar e institucionalizar a inversão.

---

*the Bench of such years as they shall deem fit, and to attermine there all pleas touching the exchequer to the morrow of Michaelmas, when the king wills that the exchequer shall be held at York, and afterwards according to the exigence of the pleas and their discretion.*

<sup>31</sup> *Edward II also used York as a base, partly for the Scottish War, but also to deal with threatened Northern rebellions.*

<sup>32</sup> Não temos referências para esse recorte que comprovem que a inversão da primazia ao arcebispado de York foi temporária ou não. Para isso, teríamos que ampliar o recorte de análise.

<sup>33</sup> É possível conferir no livro *The Three Edwards: War and State in England, 1272-1377*, publicado no ano de 2003.

### Fontes Medievais

BRIE, Friedrich W. D. (Ed.). **The Brut or The Chronicles of England**. Published for the Early English text Society, 1906.

(<https://archive.org/>)

**Calendar of Close Rolls, Edward II. A. D. 1318-1323**. Londres: H.M.S.O., 1895.

(<http://www.medievalgenealogy.org.uk/sources/olmed.shtml>)

**Calendar of Close Rolls, Edward III. A. D. 1327-1330**. Nendeln: Kraus, 1972.

(<http://www.medievalgenealogy.org.uk/sources/olmed.shtml>)

**Calendar of Close Rolls, Edward III. A. D. 1330-1333**. Nendeln: Kraus, 1972.

(<http://www.medievalgenealogy.org.uk/sources/olmed.shtml>)

**Calendar of Patent Rolls, Edward II. A. D. 1317-1321**. Londres: H.M.S.O., 1908.

(<http://www.medievalgenealogy.org.uk/sources/olmed.shtml>)

**Calendar of Patent Rolls, Edward II. A. D. 1321-1324**. Londres: H.M.S.O., 1904.

(<http://www.medievalgenealogy.org.uk/sources/olmed.shtml>)

### Bibliografia

BROWN, Andrew. **Church and Society in England, 1000-1500**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.

ELLER, Jack David. **Introdução à Antropologia da Religião**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HUNT, William. **The English Church in the Middle Ages**. London, 1888.

INGRAM, Thomas Dunbar. **England and Rome: A History of the relations between the Papacy and the English State and Church from the Norman Conquest to the Revolution of 1688**. Londres, 1892.

KING, Andy. PENMAN, Michael. **England and Scotland in the Fourteenth Century: New Perspectives**. Nova York: Boydell Press, 2007.

KOTECKI, Radoslaw; MACIEJEWSKI, Jacek; OTT, John S. **Between Sword and Prayers: Warfare and Medieval Clergy in Cultural Perspective**. Leiden: Brill, 2018.

MCNAMEE, Colm. **The Wars of the Bruces: Scotland, England and Ireland, 1306-1328**. Edinburgh: Tuckewell Press, 2012.

MORSEL, Joseph. **La Aristocracia Medieval: El dominio social en Occidente (siglos V-XV)**. Tradução: Fermín Miranda. Valencia, 2008.

PALLISER, D. M. **Medieval York, 600-1540**. New York: Oxford Press, 2014.

PRESTWICH, Michael. **The Three Edwards: War and State in England, 1272-1377**. 2<sup>nd</sup>. Ed. Nova York: Routledge, 2003.

RUST, Leandro Duarte. **Bispos Guerreiros: violência e fé antes das cruzadas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

VALENTE, Claire. **The Theory and the Practice of Revolt in Medieval England**. Ashgate, 2003.

Artigo recebido em 24/01/2020 e  
aprovado para publicação em 01/06/2020